



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 53/2023

Adesão a Ata nº 13/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TRATOR DE PNEUS E TRAÇÃO

RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 3.º da Lei n.º Lei 8.666/93.

O Processo foi deflagrado a partir de solicitação expressa apresentada pelo secretário municipal de agricultura, Sr. Juvenal José de Oliveira, com justificativa para a compra.

No processo estão anexados os documentos constituídos de Proposta e Objetivos do Programa, o Convênio Plataforma Brasil – Convênio nº 939204/2022, demonstração de dotação orçamentária fornecido pela contadoria da prefeitura, autorização do prefeito para a realização da licitação, Edital, Termo de Referência e minuta do Contrato.

FUNDAMENTAÇÃO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38.º da Lei 8.666/93, o qual transcreve-se:

“Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”. De maneira que o parecer refere-se a análise jurídica dos documentos inseridos ao processo nessa fase interna da licitação.

O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93 e 10.520/2002.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

A justificativa do solicitante para a aquisição é a demanda dos programas da Secretaria Municipal de Agricultura em atender cerca de aproximadamente 100 (cem) famílias de agricultores. Segundo a justificativa o uso da máquina agrícola vai contribuir para o acesso de pequenos e médios produtores rurais às práticas de mecanização e conservação do solo, assim como a preservação do meio ambiente.

O Convênio nº 939204/2022 foi firmado entre a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional e o Município. A prefeitura deve apresentar a prestação de contas dos recursos advindos do Convênio, permitindo livre acesso da concedente aos órgãos de controle da prefeitura.

A administração deve se ater às cláusulas do Convênio, sobretudo aquelas em relação a prestação de contas e transparência no uso dos recursos disponibilizados pelo Convênio.

O objeto está adequadamente descrito, conforme exige a legislação pertinente. A definição do objeto deve indicar, de modo sucinto, preciso, suficiente e claro, o meio pelo a necessidade da administração deverá ser satisfeita, devendo ser explicitada de modo conciso, mas completo, o que a Administração deseja contratar.

O Termo de Referência tem o item 1. Do Objeto e Finalidade, no qual está delimitado o objeto, como sendo, Trator Agrícola de Rodas Novo, com zero horas de uso, equipado com motor a diesel, 4 cilindros, turbo alimentado, dentre outras especificações..

A definição precisa do objeto é exigência da Lei nº 8.666/93, em seus Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara”,

A modalidade de licitação proposta é o Pregão Presencial para registro de preços, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de agosto de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e o tipo é o menor preço.

O “caput” do artigo 1.º da Lei n.º 10.520/02, possibilita a adoção da modalidade licitatória Pregão Presencial para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, devendo os mesmos serem objetivamente definidos em Edital.

O Sistema de Registro de Preços está originalmente previsto no artigo 15 da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II- ser processadas através de sistema de registro de preços;

(...)



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições: (...)

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições”.

O sistema de registro de preço emerge como procedimento especial, vinculado e integrante do procedimento licitatório, com o propósito de otimizar a finalidade da licitação na obtenção de proposta mais vantajosa, sempre que não for possível definir, na conclusão do certame, as quantidades contratuais a serem executadas.

O Registro de Preço tem cabimento para evitar que a Administração celebre um contrato cujas quantidades, por imprevisão natural, possam não ser necessárias, ou também para que a Administração possa realizar um certame público antes de eventuais necessidades futuras e emergenciais, evitando assim as famigeradas contratações diretas ou fracionadas cartas convites. No caso em tela, tendo em vista que a aquisição não é comum e se trata de recursos vindos diretamente para a aquisição de um único bem, poderia a prefeitura realizar o Pregão Presencial para a compra do trator.

De mais a mais, importante, salientar que o administrador público tem o dever de planejar as compras, com a finalidade de não causar prejuízos à Administração Pública, evitando-se, assim, a prática de gestão ineficiente e contrária aos ditames da Lei de licitações e ao interesse público. No caso concreto, a gestão eficiente indica que haja previsão estimada do uso do veículo e máquina de acordo com a demanda da prefeitura.

O planejamento da aquisição é necessário para garantir a eficiência da gestão administrativa. Com o planejamento das compras públicas o gestor evita distorções administrativas, facilita a gestão, elimina situações indesejáveis para a Administração, e assegura a viabilização de propostas estratégicas, metas e objetivos a serem atingidos. O planejamento é elemento essencial para alcançar a eficiência da administrativa.

A Lei de Responsabilidade Fiscal dedica o Capítulo II ao planejamento na administração pública, revelando a importância de o gestor planejar as ações administrativas. A bem da verdade, desde o artigo 1.º, a referida Lei 101/2000, destaca a responsabilidade do gestor para com o planejamento, transcreve-se:

Art.1º

§ 1º. A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária,



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Não cabe ao parecerista tratar do mérito da contratação, no entanto, vale mencionar que as contratações que demandam recursos públicos devem estar em consonância com o disposto no artigo 3.º "caput" da Lei de licitações. No entanto, o processo licitatório deve seguir os ditames legais, sendo, portanto, necessário sanar as irregularidades apontadas. Sendo que para o prosseguimento é imprescindível as adequações.

Salienta-se, por oportuno, que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

CONCLUSÃO:

No caso, o Edital, tendo em vista que o processo licitatório demonstra o cumprimento dos dispositivos legais, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação.

S.M.J.

Porto Esperidião, 25 de outubro de 2023..


José de Barros Neto

Portaria n.º 58/12

José de Barros Neto
Advogado - OAB-MT 8841-B